

Por Emanuel Pessoa

O conjunto de regras é fundamental para alinhar os interesses da administração corporativa e os da empresa

Em toda empresa, há um claro conflito de interesses entre as pessoas que compõem a sua gestão e a própria empresa. Os primeiros querem prestigiar ganhos de curto prazo, seja porque eles se refletem em seu pagamento, incluindo salário, bônus e comissões. Assim, até mesmo uma valorização artificial é buscada em caso de companhias de capital aberto, para que os gestores possam vender as ações que recebem como parte de sua compensação em momentos de altas artificiais. Já o objetivo da empresa (e de seus sócios) é se valorizar ao longo do tempo, de forma fundamentada, garantindo a sua continuidade.

No caso de empresas públicas, há ainda a preocupação de que o sócio majoritário (ou único), o Governo, utilize a empresa para obter ganhos eleitorais imediatos, isto é, eleitoreiros, prejudicando aquelas e, por fim, o próprio povo, que vai arcar com a conta. Todavia, como o horizonte dos políticos é curto - a próxima eleição - e eles dificilmente sofrerão as consequências da gestão ruinosa, eles têm um forte estímulo para tanto. O caso da Petrobrás é emblemático.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Migalhas, em 20.04.2021